

# INVISIBILIZAÇÃO INDIGENA NO CONFLITO E REGIÃO DO CONTESTADO E SUAS REPRESENTAÇÕES MUSEOLÓGICAS

## INDIGENOUS INVISIBILITY IN THE CONTESTADO CONFLICT AND REGION AND ITS MUSEOLOGICAL REPRESENTATIONS

Gabriel Tozatto Pires <sup>1</sup>  
Flavio Braune Wiik <sup>2</sup>

**RESUMO:** Em meio ao território de ocupação tradicional kaingang e xokleng, sistematicamente espoliado desde tempos coloniais, ocorreu a Guerra do Contestado (1912-1916): clímax de um conflito bélico devastador, resultante do esbulho de terras de pequenos agricultores nacionais pelas elites locais apoiadas pelas forças federais. Soma-se a este, a disputa territorial entre o Paraná e Santa Catariana. Tema de uma pesquisa ampla envolvendo docentes e discentes da Área de Antropologia da UEL, a invisibilização forjada e irrelevância atribuída à presença indígena na região e frente ao contexto disruptivo inerente ao Conflito, ficam evidenciados através de estudos de documentos, análise da Historiografia e da Etnologia hegemônicas. O presente ensaio infere sobre as representações acerca desses indígenas a partir da investigação e análise de itens expostos e/ou de acervos de alguns museus regionais dedicados à memória da Guerra. Os resultados ratificam a sua marginalização, tanto em relação aos acervos quanto diante das descrições museológicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra do Contestado; Invisibilização Indígena; Kaingang e Xokleng; Representação; Museus.

**ABSTRACT:** Amid the traditionally occupied territory of the Kaingang and Xokleng peoples, systematically expropriated since colonial times, the Contestado War (1912–1916) occurred: the climax of a devastating conflict resulting from the dispossession of land from small national farmers by local elites supported by federal forces. Added to this was the territorial dispute between Paraná and Santa Catarina. Subject of broad research involving professors and students from the Anthropology Department at UEL, the constructed invisibility and attributed irrelevance of the Indigenous presence in the region, especially in the disruptive context of the conflict, are evidenced through document studies and analysis of hegemonic historiography and ethnology. This essay infers representations of these Indigenous groups through the investigation and analysis of items displayed in or belonging to collections from regional museums

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais (UEL). Universidade Estadual de Londrina. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-5441-4574> E-mail: [gabrieltozattop27@gmail.com](mailto:gabrieltozattop27@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado (PhD) em Antropologia pela Universidade de Chicago. Universidade Estadual de Londrina. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-8120-962X> E-mail: [flaviowiik@uel.br](mailto:flaviowiik@uel.br)



dedicated to the memory of the War. The findings confirm their marginalization, both in relation to the collections and the museological narratives.

**KEYWORDS:** Contestado War; Indigenous Invisibility; Kaingang and Xokleng; Representation; Museums.



10.23925/2176-4174.36.2025e72651

Recebido em: 22/07/25.

Aprovado em: 25/08/25.

Publicado em: 25/05/25.

## Introdução

A Guerra do Contestado (1912 – 1916) consistiu no ápice de um evento histórico de múltiplas origens, marcado por grande violência com milhares de mortes civis e baixas nas forças armadas federais envolvidas no Conflito. Suas causas, motivações sociopolíticas e econômicas, assim como a complexa teia de agentes nele envolvidos e seus desdobramentos contemporâneos, têm sido objeto de estudo dos vários campos de conhecimento das Ciências Humanas<sup>3</sup>. Este conflito envolveu o Estado Republicano da República Velha e seu novo projeto de nação, que resultou na concentração fundiária na região, na venda de terras a companhias estrangeiras de colonização e na abertura ao capital internacional, exemplificada pela construção de uma ferrovia por norte-americanos. Tudo isso foi viabilizado por meio do aparato de repressão e da pressão exercida pelas elites políticas, econômicas e intelectuais.

Apesar da presença milenar de indígenas, em especial, dos Jê Meridionais (Kaingangs e Xoklengs) na região do Contestado, os impactos sobre os mesmos e considerações sobre a sua participação no Conflito têm sido sistematicamente invisibilizadas e deliberadamente ocultadas, sejam nos estudos acadêmicos ou no imaginário social da região. Parte desse apagamento está ligado ao processo histórico de dissolução identitária, no qual passaram a ser identificados como "caboclos", uma categoria genérica que diluiu suas identidades étnicas e contribuiu para sua exclusão das narrativas oficiais (Wiik, 2025).

---

<sup>3</sup> Para mais informações a respeito da Guerra, ver A Guerra do Contestado Tintim por Tintim (2023)

O processo de silenciamento e institucionalização da memória do Contestado tem sido objeto de crescente interesse acadêmico, especialmente pela constatação de que, por muito tempo, a história oficial deslegitimou as narrativas dos “vencidos” (caboclos, indígenas e sertanejos). Nesse cenário, os museus emergem como espaços de centralidade, configurando-se como arenas simbólicas onde a memória é continuamente (re)construída, mediada e disputada por diferentes sujeitos e grupos sociais. Longe de serem meros repositórios de objetos, os museus como agentes ativos na construção de significados históricos.

Na região do Contestado, pesquisas arqueológicas indicam que indígenas Jê meridionais (que deram origem aos Kaingang e Xokleng) iniciaram suas migrações para o sul do Brasil há aproximadamente 3 mil anos (Urban, 1992), embora a presença de ocupação humana na região date a períodos anteriores aos 12.000 anos<sup>4</sup> (Noelli, 1999). Wiik e Muchalovski (2023) mencionam que, além das especulações sobre a existência de indígenas no território, há relatos sobre sua participação ativa no conflito, tanto na proteção aos caboclos rebelados quanto na adesão efetiva aos redutos<sup>5</sup>.

Os autores relatam também que, logo após a Batalha do Irani, em outubro de 1912, houve casos de caboclos que se refugiaram entre os Kaingang, destacando a sobreposição dos redutos com áreas sabidas como tendo presença indígena. A dificuldade dos soldados do Exército, em batalha, assim como demais narradores dos conflitos em distinguir e destacar os diferentes tipos humanos e grupos étnicos envolvidos ou impactados tanto em seus aspectos comuns quanto específicos, resultou na negligência – deliberada ou não –, dos documentos produzidos e fontes consultadas, em distinguir e tipificar adequadamente os coletivos e tipos humanos que formaram a complexa teia sociocultural que aderiu, participou e foi impactada pelo Movimento (Wiik; Muchalovski, 2023).

Essa complexidade étnica e histórica, reforça a importância de se revisitar as narrativas sobre o Contestado a partir de diferentes perspectivas, especialmente aquelas marginalizadas ou silenciadas. É nesse contexto que se torna fundamental

<sup>4</sup> Mais sobre a ocupação humana na região em Noelli (1999)

<sup>5</sup> Os redutos, ou cidades santas, foram comunidades caboclas que surgiram no contexto da Guerra do Contestado (1912-1916). Elas representavam redutos autônomos formados por sertanejos e posseiros que haviam sido expulsos de suas terras. Essas comunidades não eram apenas refúgios contra a violência, mas também projetos comunitários de vida igualitária, baseados em laços de fé, fraternidade e defesa mútua (Valentini, 2016).

refletir sobre os espaços de produção e disseminação de memória, como os museus, e seu papel na construção de visões da história.

Partindo da visão de que os museus, além de serem espaços de construção de memória, devem ser considerados ferramentas educativas, permitindo que os visitantes os vejam como documentos que oferecem múltiplas perspectivas, em vez de uma única visão da realidade, torna-se essencial reconhecer que o museu assim como outras fontes documentais, apresenta um ponto de vista que não é neutro. No entanto, a abordagem educacional dentro do museu deve incentivar a reflexão crítica sobre os temas exibidos e sobre o papel do museu como espaço de criação de conhecimento (Pereira de Matos, 2014).

Partindo desse pressuposto, essa pesquisa se dá como um desdobramento de outra pesquisa de maior escopo, que trata sobre as memórias do Contestado a partir de uma pesquisa de campo realizada no Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado (MHARC), em Caçador (SC) e se propõe a chamar a atenção para a invisibilização indígena, suas representações (ou não) dentro do espaço dos museus da região, assim como discutir em maior profundidade o acervo do MHARC, museu com maior número de exposição acerca dos indígenas na região.

Durante o levantamento realizado, foram considerados as informações disponibilizadas on-line, nos sites dedicados aos respectivos museus, artigos e a tese de doutorado de Silva, que faz uma análise sobre os museus dedicados a Guerra do Contestado (2017), assim como o trabalho de conclusão de curso de Pires (2025), que possui dados sobre os objetos indígenas expostos no MHARC.

## 1. Invisibilização Indígena no Contestado

[...] o que me parece mais importante destacar é que havia ocupação sedimentada e pluralidade étnica na região do Conflito bem antes da chegada de contingentes não autóctones à mesma. Havia lavoura, fabricava-se instrumentos, roupas, acessórios para caça, pesca e armazenamento de alimentos. Fabricava-se cerâmica, construía-se aldeias, casas. Havia coletas, praticava-se caça... Enfim, todas essas intervenções sobre e com o meio físico, eram mediadas por instituições (antropologicamente falando, tais como: parentesco, conhecimentos de várias ordens, regras, etc.). Não se tratava de uma região marcada por um “vazio demográfico” como capciosamente feito imaginar pelos poderes instituídos (Wiik, 2018, p. 69-70).

Os povos indígenas da região do Contestado, principalmente os Kaingang e Xokleng (definidos pela nomenclatura etnológica como sociedades Jê Meridionais), possuem uma extensa história de interação com os europeus desde os primeiros



contatos. Os Carijó (Tupis-guaranis), por exemplo, inicialmente mantiveram uma relação amistosa com os europeus no início da colonização, mas foram subsequentemente escravizados e dizimados por doenças, conflitos e perda de território (Buba; Nötzold, 2014).

As relações entre caboclos<sup>6</sup> e indígenas<sup>7</sup> durante o período do Contestado foram marcadas tanto por cooperação quanto por conflitos. Buba e Nötzold (2014) trazem evidências de convivências pacíficas entre indígenas e caboclos, mas também de violência, evidenciando a visão negativa que grande parte das pessoas possuíam em relação aos povos indígenas. Além disso, a erva-mate, um produto de grande importância econômica na região, era tradicionalmente consumida pelos indígenas antes de ser explorada comercialmente pelos caboclos e colonos.

Os povoados começaram a crescer com a abertura de caminhos para o transporte de gado, trilhas estas abertas pelos indígenas guaranis trazidos de São Paulo como escravos (Gross, 2021). O governo provincial adotou várias medidas repressivas contra os indígenas, incluindo o uso de tropas de bugreiros para atacar suas aldeias. Estes métodos eram frequentemente violentos e visavam remover os indígenas de suas terras para dar lugar aos colonos europeus e ao desenvolvimento econômico (Buba; Nötzold, 2014).

A historiografia tradicional sobre a Guerra do Contestado tende a omitir a presença e o papel dos indígenas. Autores como Paulo Pinheiro Machado e Marli Auras mencionam os indígenas apenas de forma tangencial, destacando a necessidade de uma revisão crítica que reconheça o protagonismo indígena no conflito (Buba; Nötzold, 2014).

A categorização generalizante dos indígenas como "caboclos" ou "sertanejos" contribuiu para sua invisibilização. Os indígenas eram frequentemente referenciados com termos pejorativos como "bugres", "selvagens" e "selvícolas" (Wiik, 2018). A

<sup>6</sup> O caboclo do Contestado é descrito como resultado da mistura étnica de indígenas, brancos e negros que se estabeleceram na região do Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, formando suas famílias e desenvolvendo um modo de vida próprio (Gross, 2017).

<sup>7</sup> A tipificação das populações que habitaram e participaram do conflito do Contestado é complexa. A categoria "indígena", por exemplo, abrangia diversos grupos, como os "bugres" (considerados selvagens e que resistiam ao contato) e os Kaingang e Xokleng, que, embora mantivessem autonomia na floresta, já possuíam algum nível de interação com a sociedade não indígena. Os "caboclos", por sua vez, muitas vezes não eram originários da região e passaram por intensos processos de miscigenação ao longo do tempo, incluindo casamentos e trocas culturais, o que dificultou a distinção clara entre esses grupos nos registros. Essa diversidade humana e as dinâmicas sociais da época, marcadas por interações, deslocamentos e violências (como estupros), tornam a definição precisa de "caboclos" e "indígenas" um desafio constante para a historiografia e a antropologia da região.

ausência de distinção clara entre "caboclos" e "índios" nas narrativas oficiais e acadêmicas da época ajudaram a apagar a presença indígena das discussões sobre o Movimento do Contestado. Essa estratégia facilitou a expropriação de suas terras e a tentativa de assimilação forçada dos indígenas através do casamento com não-indígenas e a introdução de técnicas agrícolas, transformando-os em "caboclos aculturados".

Essa categorização superficial e intencionalmente simplista não reconheceu as especificidades socioculturais dessas populações, contribuindo para uma narrativa histórica que marginalizou e obscureceu a verdadeira participação e impacto dos povos indígenas no movimento (Wiik, 2018). Segundo Munduruku (2010), a preservação da identidade indígena é fundamental para o reconhecimento étnico, no entanto, a adaptação e a convivência em condições de igualdade com a nossa sociedade são frequentemente percebidas como uma renúncia a própria identidade.

A Guerra do Contestado teve impactos profundos sobre os modos de vida e os territórios indígenas. A construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, por exemplo, invadiu territórios tradicionais, consequente esbulho de terras a eles destinadas, resultando em conflitos violentos e na morte de muitos indígenas (Wiik; Muchalovski, 2022). A exemplo, Kaingangs da Terra Indígena Xapecó, em Santa Catarina, sofreram profundas transformações socioculturais como resultado desse processo de esbulho de seu território, assim como convivência forçosa com demais segmentos sociais não indígenas que foram sistematicamente ocupando espaço em sua cosmologia e conhecimento tradicional, por exemplo, a adoção de práticas e elementos religiosos presentes entre os caboclos do Contestado, e sua devoção a São João Maria e demais elementos do catolicismo popular, que ao final foi amalgamado ao xamanismo (Wiik; Muchalovski, 2022).

Atualmente, segundo Flávio Wiik (Relato Pessoal), em sua viagem de campo realizada em 2018 à região de Calmon (SC), foi relatada a presença de um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em uma área rural próxima ao município. A informação, obtida por meio de conversas com moradores e lideranças locais, apontava que o acampamento se situava nas imediações de um antigo posto utilizado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), no início do século XX, durante ações de atração dos Xokleng. Embora não tenha visitado o local diretamente, soube que o acampamento abrigava tanto integrantes do MST

quanto populações que se autoidentificam como indígenas, sendo eles um subgrupo dos Xokleng, os Ngrokòthi-tô-prèy (Wiik, 1999), que continuam presentes na região. Esses grupos ocupam a região como forma de pressão por reconhecimento territorial, seja por meio da reforma agrária ou da demarcação de terras indígenas. A sobreposição histórica desses territórios evidencia a permanência de conflitos e resistências, articulando os chamados “novos caboclos do Contestado”, sujeitos sociais que seguem mobilizados em defesa da terra mais de um século após o fim dos conflitos.

A invisibilização e ocultamento dos indígenas na narrativa histórica da Guerra do Contestado é um claro reflexo das políticas indigenistas e atitudes da época, as quais marginalizaram sua contribuição para com a vida social e econômica locais, assim como a identificação das estratégias de resistência autóctones e sua influência sobre o *ethos* caboclo. A persistência da exclusão desses sujeitos das representações oficiais e das políticas de memória evidencia que os efeitos desse processo histórico seguem afetando profundamente as populações indígenas até os dias atuais.

## 2. Os Museus do Contestado

Antes de discorrer sobre as exposições dos museus dedicados à temática do Contestado, é interessante que nos detenhamos em algumas questões teórico-conceituais acerca dessas instituições. Os museus, enquanto espaços de produção e mediação da memória, são atravessados por relações de poder. Historicamente constituídos no contexto da modernidade ocidental (marcada por práticas de coleta, catalogação e representação do “outro”), os museus não são agentes neutros nem entidades autônomas, mas sim construções sociais que expressam escolhas feitas por sujeitos e grupos em posições de poder.

Nesse sentido, os museus podem tanto reforçar a memória do poder, isto é, a narrativa oficial, hegemônica, voltada à manutenção de hierarquias sociais e políticas (como a invisibilização dos povos indígenas), quanto abrir espaço para o poder da memória, favorecendo a emergência de narrativas contra-hegemônicas, vinculadas a grupos subalternizados ou historicamente silenciados (como o reconhecimento da presença e participação indígena na Guerra do Contestado). Ao operar dentro desse jogo de forças, os museus não atuam como agentes por si mesmos, mas funcionam como instrumentos e arenas nas quais se disputam regimes de visibilidade e

invisibilidade, selecionando o que será lembrado, como será exibido e o que será relegado ao esquecimento (Costa, 2016). “Representar, significa, ao mesmo tempo, tornar presente o que está ausente, mas pela própria presença da ausência, acentuar a ausência” (Meneses; 2002, p. 24).

Silveira e Lima Filho (2005) destacam dois movimentos complementares na interação com o objeto museológico: O movimento centrífugo refere-se ao impacto do objeto na subjetividade do observador. Ao ser confrontado com um objeto em exposição, como, por exemplo, um artefato indígena, o sujeito é convidado à introspecção, a revisitar suas memórias, valores e visões de mundo. Tal encontro pode gerar admiração estética ou curiosidade técnica, mas também questionamentos. Essa experiência transcende a contemplação, funcionando como um momento de autoconhecimento e reavaliação de posicionamentos frente à diversidade e à história. O objeto atua como um agente transformador, capaz de imprimir marcas no observador.

O movimento centrípeto, por sua vez, acentua o papel do objeto como mediador do encontro com o outro. Nesse movimento, o artefato cultural atua como uma janela para universos distintos, despertando a alteridade. O objeto, nesse caso, catalisa um processo de reflexão sobre a historicidade das relações culturais, revelando tensões éticas e políticas, muitas vezes invisibilizadas pelas narrativas oficiais (Silveira; Lima Filho; 2005). E sendo um dos objetivos dos museus a criação e disseminação do conhecimento, a ausência de exposições indígenas, ou a falta de uma transposição didática que contextualize sua presença, impede a construção desse saber e perpetua a invisibilidade dessas populações.

Os museus que possuem os maiores acervos sobre o Contestado, de acordo com Silva (2023), são: o Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, em Caçador; o Museu Histórico Thiago de Castro, em Lages; o Museu Histórico Antônio Granemann de Souza, em Curitibanos; o Museu Histórico de Santa Catarina, em Florianópolis; o Museu do Patrimônio Histórico de Três Barras, no município homônimo; e o Museu do Jagunço, em Fraiburgo, todos em Santa Catarina. No Paraná, embora a Guerra do Contestado seja relativamente esquecida, alguns espaços de memória ainda sobrevivem, como o Museu de Palmas e o Museu Paranaense<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Para descrições detalhadas dos museus da região, ver Silva (2017).

A começar dos museus que não possuem exposições indígenas, localizado no antigo prédio da prefeitura de Curitibanos, o Museu Histórico Antônio Granemann de Souza foi inaugurado em 1973. O museu contém um acervo que destaca a história local, incluindo a época dos tropeiros e a Guerra do Contestado, oferecendo um panorama sobre a história da região, não foram encontradas informações sobre objetos ou descrições sobre indígenas (Silva, 2017). Recentemente, fora publicado um texto sobre a história dos indígenas Kaingang na região de Curitibanos no site do museu e não há informações se trechos deste texto estão expostos no mesmo (Popinhaki, 2024).

Essa ausência contrasta com registros históricos que evidenciam a presença de sociedades indígenas na região, inclusive em interações diretas com a sociedade envolvente. Como mostra um documento de 1829, um grupo de indígenas Xokleng apresentou-se no "acampamento dos Curitibanos", declarando o desejo de viver entre os "brancos". Uma mulher do grupo, inclusive, falava fluentemente o português, indício claro da existência de um processo histórico de contato, adaptação e circulação entre os mundos indígenas e não indígenas.

O episódio sugere que o grupo buscava refúgio, provavelmente em fuga de conflitos com os Kaingang, seus rivais históricos, cujas disputas foram acirradas no século XIX com o avanço da colonização e a consequente redução de seus territórios tradicionais (Wiik; Muchalovski, 2023). Esses registros históricos apontam para uma presença indígena, muito distante das imagens estereotipadas de passividade ou desaparecimento, e cuja invisibilização nos museus locais contribui para a continuidade de uma narrativa hegemônica que exclui os povos originários da história da região.

Fundado em 1980, o Museu do Patrimônio Histórico de Três Barras está localizado na antiga estação ferroviária da cidade desde 1997. O museu preserva a memória da região e da companhia madeireira Lumber, com um acervo que representa a vida e a cultura locais através de sua arquitetura e objetos históricos, mas também não possui exposições sobre indígenas (Silva, 2017).

Inaugurado em 2003, o Museu do Jagunço está localizado a 24 km de Fraiburgo. Este museu dá destaque aos caboclos da Guerra do Contestado, exibindo depoimentos, fotografias e objetos que retratam a vida dos participantes do conflito e seus descendentes, representando a memória da luta e das tradições locais, sem

contanto, mencionar os indígenas, pois como já exposto, eram resumidos como sendo apenas caboclos (Silva, 2017).

Situado no Palácio Cruz e Sousa, em Florianópolis, o Museu Histórico de Santa Catarina foi fundado em 1986. O museu é focado na história política do estado, abrigando móveis e objetos relacionados ao exercício do Poder Executivo, portanto, sem exposições indígenas. Em 1959 houve uma tentativa de criar o Museu Histórico e Antropológico de Santa Catarina, que além de contar a história de Santa Catarina, também se dedicaria às escavações arqueológicas e artefatos de povos antigos (indígenas), mas o projeto não foi continuado (Silva, 2017).

No Museu Paranaense, existem objetos indígenas em seu acervo, mas estes não estão necessariamente ligados ao contexto indígena no Contestado, e abrange muitas áreas, como antropologia, zoologia, botânica, mineralogia e arqueologia, refletindo a história natural e cultural do estado do Paraná, embora tenha realizado uma exposição temporária em 2013, em lembrança aos 100 anos da guerra (Silva, 2017) (Museu Paranaense).

Sobre os museus que possuem algum tipo de exposição a respeito dos indígenas no contestado. O Museu Histórico Thiago de Castro, em Lages, surgiu a partir da coleção particular de Danilo Thiago de Castro, iniciada em 1937, e foi aberto ao público em 1960. O museu possui uma vasta coleção de mais de 48 mil itens, incluindo fotografias antigas e daguerreótipos, que representam a história de Lages e seus habitantes.

O museu tem “objetos de interesse arqueológico e etnológico” (Silva, 2017, p. 226), entre os itens expostos, observam-se fósseis de animais e artefatos indígenas, como setas para zarabatana com descrições de seu uso, conjuntos de pontas de flecha (com menção do doador, mas sem registros de sua procedência), lâminas de machado, um zoólito, e um conjunto de fragmentos cerâmicos, além de uma bomba de chimarrão, descritas como confeccionadas pelos indígenas Xokleng e Kaingang. Contudo, a apresentação desses artefatos é marcada por descrições limitadas, que pouco abordam seus usos contextuais, significados culturais ou a especificidade dos grupos aos quais pertenceram.

Apesar de contar a história de Lages e seus habitantes, e dos poucos objetos atribuídos aos indígenas, as exposições não levam em conta que após a fundação da cidade em 1777, surgiram fazendas de criação de gado, exploração e cultivo de erva-

mate e extração de madeira. Essas atividades econômicas impactaram a mata nativa de araucária, que era uma importante fonte de alimento para os índios Xokleng e Kaingang durante o inverno. A diminuição das áreas de pinheirais ameaçou a sobrevivência dessas sociedades caçadoras e coletores, que dependiam da floresta para sua subsistência (Wiik, 1999), essa violência acabou por ser omitida por essa exposição museológica, exemplificando a não neutralidade dos museus.

O Museu Histórico de Palmas foi inaugurado em 1979 e está situado no último casarão histórico da praça central da cidade. Este museu preserva a história dos pioneiros da região, com destaque para as grandes fazendas, tropeiros e coronéis, além de apresentar aspectos da cultura indígena, ou seja, a presença indígena foi reconhecida, mas isso ocorreu sem que se revelasse a violência histórica dos encontros entre as tribos e os bandeirantes paranaenses (Silva, 2017).

Com isso, podemos ver que o papel desempenhado pelos museus na construção das memórias sociais não é neutro. A curadoria, processo de seleção, organização e exposição de acervos, é também uma forma de narrativa, e como toda narrativa, está sujeita a enquadramentos ideológicos e políticos. O que se decide expor, e sobretudo o que se decide não expor, revela as linhas de força que estruturam a memória social. Ao escolher determinados objetos e eventos como dignos de lembrança, os museus deixam outros tantos sob o esquecimento, um processo que pode implicar a marginalização de experiências históricas (Costa, 2016), e a invisibilização dos indígenas nesses espaços está diretamente ligado com sua invisibilização nos documentos e na historiografia<sup>9</sup>.

#### **4. Representações Indígenas no Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado**

O Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado (MHARC), situado no município de Caçador em Santa Catarina, está localizado em um edifício cuja arquitetura é uma réplica da primeira estação ferroviária de Rio-Caçador. O museu tem como objetivo “documentar, restaurar, preservar e guardar viva [sic] a memória e a cultura do Contestado, e ser fonte permanente de pesquisas, visando a construção do conhecimento histórico e transmissão da herança cultural do Contestado” (Thomé;

---

<sup>9</sup> Embora a análise mais aprofundada se concentre no MHARC, é importante que se acompanhe as demais exposições mencionadas, a fim de identificar possíveis desdobramentos.

Chapiewski, 2004, p. 166), sendo o único museu com uma ampla exposição dedicada aos indígenas, embora com suas limitações.

O MHARC foi fundado em 1974 pelos pesquisadores Nilson Thomé e Padre Thomas Pieters. Inicialmente, o museu funcionava em uma sala da então Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE), com um acervo arqueológico pré-colonial oriundo das pesquisas realizadas pelos dois idealizadores, antes sendo chamado apenas de “museu antropológico de Caçador”. Em 1986, como parte de um projeto estadual de valorização da identidade regional promovido durante o governo de Esperidião Amin para construir a figura do homem do contestado, o museu ganhou sede própria, construída em terreno cedido pela Rede Ferroviária Federal (RFFSA), cuja arquitetura é uma réplica expandida da primeira estação ferroviária do Rio-Caçador. A instituição passou a abrigar não apenas materiais arqueológicos, mas também objetos, documentos e exposições voltadas à memória do conflito do Contestado e à cultura cabocla.

Recentemente, o museu passou por uma série de reformas que alteraram a sua exposição. Anteriormente, a sede do museu era composta por quatro salas principais de exposição: 1º Sala Thomas Pieters: Em homenagem ao padre, que coletou esses objetos, voltada à cultura indígena, com peças arqueológicas e antropológicas; 2º Sala Osíris Stenghel: dedicada à história ferroviária, com instrumentos, documentos e fotografias das linhas e estações; 3º Sala Victor Kurudz: enfocando a colonização da região após a guerra, com itens pertencentes a imigrantes; 4º Sala Esperidião Amin Helou Filho: centrada nos objetos relacionados à Guerra do Contestado. Atualmente, o museu não é mais dividido pelos nomes das salas, e sim por nichos expositivos, que seguem uma configuração semelhante a anterior.

As exposições são organizadas como uma linha do tempo, sendo o primeiro nicho expográfico o de cultura indígena (Figura 1). Entre os objetos, exibidos em vitrines e estantes, temos: mãos de pilão e mó; cestaria e cerâmicas kaingang, assim como cerâmica de tradição “taquara” e tupi-guarani/ virote; afiadores de caneleta; ponta de projéteis; objetos de adorno ou culto; petróglifos; quebra coquinhas; trituradores; boleadeiras; pilões; vários tipos de machados em pedra; enxós; artesanatos e réplicas de arco e flecha; vestígios osteológicos humanos; esculturas em pedra zoomórficas e antropomórficas.

**Figura 1-** Nicho expositivo de cultura indígena.



**Fonte:** Pires, 2025.

Nas paredes, há uma coleção de fotografias sobre os indígenas Laklanõ/Xokleng em seu dia a dia, representando uma mãe com seu filho; um homem com adorno labial “botoque”; casal indígena confeccionando pontas de flecha; grupo de mulheres e crianças trabalhando na confecção de cestas; família dormindo sobre folha de palmeira e uma imagem sem descrição, a qual parece ser dois indígenas tupi-guarani produzindo uma urna funerária. Logo abaixo, há uma urna funerária tupi-guarani; uma foto do padre Thomas Pieters e a segunda fotografia já tirada de Caçador. Por fim, a sessão possui um banner explicando o nicho expográfico, apenas informa que os objetos são de populações muito antigas da região do contestado, e cita alguns dos itens que estão expostos.

Os objetos possuem textos impressos que indicam qual é o objeto e uma breve descrição de como ele era utilizado, alguns poucos objetos possuem nomes traduzidos para o português e para o espanhol. Algumas descrições estão datadas, como, por exemplo, a menção de que os Xokleng são um grupo derivado dos Kaingang. Embora Jules Henry (1941) tenha inicialmente classificado os Xokleng como Kaingang, ele próprio reconheceu diferenças linguísticas e culturais entre os dois grupos. Gregory Urban (1978) propôs que os Xokleng teriam se originado de uma

cisão nas patri-metades dos Kaingang, mas essa interpretação não é consensual, os próprios Kaingang, por exemplo, não reconhecem os Xokleng como parentes.

Os diários de campo dos pesquisadores ainda não foram encontrados, fato que pode explicar, em parte, a falta de informações de algumas peças arqueológicas expostas na sala. A exposição não deixa claro que antes da construção da estrada de ferro havia a presença, no Planalto Catarinense, de grupos indígenas xoclengues e caingangues, principalmente [...]. Esses grupos tinham os seus próprios meios de subsistência, seus rituais, enfim, sua sociabilidade, porém os vestígios dessas vidas encontram-se em exposição no museu sem a devida contextualização. A exposição apenas apresenta os ramos indígenas da região com legendas que se limitam a descrever o nome do objeto e sua função. Sem o serviço de mediação, esses objetos são apenas “dos índios”. Considerando que há acervo não pertencente à região do Contestado nessa sala, a cultura indígena da proposta não fica clara na exposição (Crestani; Guedes, 2016, p. 169),

Vale aqui chamar a atenção para duas coleções de objetos encontrados nesse nicho: esculturas zoomórficas (Figura 2) e antropomórficas (Figura 3), ambas confeccionadas em rocha vulcânica de estrutura porfirítica e vesicular, extraída de afloramentos locais. As esculturas surgiram de modo mais discreto inicialmente, quando exemplares foram entregues ao Padre Thomas Pieters, encontrados próximo ao Rio Cachoeira, na área da Serra Chata do Timbó. Somente entre 1979 e 1981, levantamentos sistemáticos de superfície revelaram um conjunto expressivo de peças, variando de cinco a trinta e cinco centímetros, encontrados entre os distritos de Lebon Régis e Matos Costa, em uma afluente do Rio Cachoeira, sítio catalogado como SC LRG 1: Cachoeira (Thomé, 2010).

**Figura 2- Figuras zoomórficas**



**Fonte:** Pires, 2025.

**Figura 3- Figuras antropomórficas**



**Fonte:** Pires, 2025.

Até hoje, nada se sabe sobre a origem dessas peças, sobre os zoólitos, são muito parecidos aos encontrados em sambaquis no litoral, mas é necessário realizar pesquisas mais aprofundadas. Sobre os antropólitos, muitas hipóteses foram levantadas pelos pesquisadores, em diálogo com diversos outros pesquisadores mundo afora. Em maio de 1982, o Padre João Alfredo Rohr, S.J, ao examinar fotografias das esculturas, propôs que se tratava de arte missionária dos Guarani, apesar de ele próprio reconhecer que os Guarani não esculpiam em pedra. Pouco

depois, o Padre Casimiro Irala, jesuíta paraguaio, confirmou o caráter missionário das peças, o que reforçou a atribuição a populações guarani cristianizadas (Thomé, 2010).

Logo surgiram vozes contrárias: o francês André Prous classificou as esculturas como possivelmente falsificadas após analisar imagens enviadas por Rohr, levantando dúvidas sobre a autenticidade do conjunto. Em resposta, Rohr publicou em 1983 um artigo afirmando a genuinidade das cabeças-pedra e sugerindo que sua dispersão pela região se relacionava às rotas antigas que ligavam o Contestado ao Planalto das Missões (Thomé, 2010).

Com base em referências a tradições incas e nos relatos de viajantes do século XVI, alguns pesquisadores (inclusive Rohr em suas publicações posteriores) propuseram que as esculturas poderiam advir de influências do Caminho de Peabiru, que ligava a região próxima a do contestado, aos sítios de Tiwanaku, nos Andes, essa hipótese surgiu, pois em Tiwanaku, existem cabeças de pedra esculpidas em paredes, muito parecidas com as encontradas na região. Após isso, nenhuma outra pesquisa foi realizada sobre esses objetos, presentes aos montes guardados no MHARC com algumas peças possuindo rostos com estéticas muito diferentes entre si, podendo pertencer a grupos diferentes. Essas informações não existem em acesso aberto ou em outros textos há não ser em “O contestado nos tempos primitivos” (Thomé, 2010), e as trago aqui para fomentar futuros estudos.

Durante a pesquisa de campo, foi possível acompanhar diversas mediações realizadas pela museóloga. Observou-se que a mediação é o principal mecanismo de ativação das memórias e de construção de sentido entre os visitantes e o acervo, em vista das limitadas fontes de informações presentes junto aos objetos e nichos.

No nicho expográfico sobre cultura indígena, a museóloga dá enfoque a presença indígena na região ao dizer que, a presença humana na região é muito anterior aos 91 anos da cidade de Caçador. Frequentemente explicava que costumes presentes no cotidiano, como o chimarrão e o consumo de pinhão, são heranças diretas da presença indígena, especificamente dos povos Xokleng e Kaingang. Essa associação é utilizada como estratégia pedagógica para aproximar o público visitante de práticas culturais que, muitas vezes, são naturalizadas sem o devido reconhecimento de sua origem. Outro quesito que a museóloga apresenta várias vezes, é o contato dos povos indígenas com a natureza, em contraste com as sociedades ditas capitalistas, se apoiando aos objetos para essa narrativa.

A presença dos indígenas durante a Guerra do Contestado não é mencionada, visto que essa informação ainda não é de conhecimento geral e só é vista em estudos mais recentes relacionados aos estudos antropológicos da Guerra. Nas mediações realizadas pela museóloga, os indígenas são apresentados como parte de um passado remoto, anterior à fundação do município de Caçador, o que reforça a ideia de que sua existência está confinada ao tempo pré-civilizatório. Essa abordagem não só ignora a continuidade histórica desses povos, como também silencia as violências estruturais que contribuíram para o seu apagamento no imaginário regional. A exemplo, próximo dali, nos arredores dos atuais municípios de Porto União, Calmon e Matos Costa, haviam postos de atração mantidos pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), voltados ao contato e à chamada "pacificação" desses grupos. A atuação do SPI nessa região remonta a pelo menos 1911, quando ocorreram os primeiros contatos não hostis entre os Xokleng e agentes do órgão.

Esses encontros, porém, aconteceram em um contexto de intensos conflitos, marcados pela expansão de frentes colonizadoras europeias e a construção da estrada de ferro, que geraram confrontos violentos entre colonos e indígenas. Mesmo com tentativas de aproximação, os episódios de violência e as condições precárias de saúde impostas pelo contato com os não indígenas resultaram na morte de muitos Xokleng (Wiik, 1999). Essa história demonstra que, apesar de atualmente a região parecer esvaziada de presença indígena, ela tem um passado marcado por essa presença e pelas tensões decorrentes do avanço colonial e estatal.

No entanto, essa continuidade histórica não encontra espaço nas representações museológicas: não há menções à situação atual desses povos, tampouco ao modo como permanecem atuantes na defesa de seus territórios e identidades. Com a mediação sendo a principal fonte de narrativa no museu, a presença indígena acaba sendo retratada de forma estática, como pertencente a um tempo remoto, o que contribui para reforçar percepções de que se trata de um grupo “anterior”, “distante” ou “primitivo”, desvinculado das dinâmicas socioculturais contemporâneas da região.

#### **4. Considerações finais**

Apesar da longa ocupação indígena na região sul do Brasil, especialmente dos povos Kaingang e Xokleng, a participação indígena na Guerra do Contestado, como

exposta anteriormente, permanece amplamente invisibilizada na historiografia tradicional e nas representações museológicas sobre o conflito. A marginalização dos povos originários nesse processo histórico reflete um apagamento sistemático de suas experiências, agências e impactos, tanto no imaginário regional quanto nas instituições de memória.

Essa omissão institucional compromete o papel dos museus como espaços de construção do conhecimento e de reflexão crítica (Pereira de Matos, 2014). Como lembra Pierre Nora (1993), os lugares de memória são construções que representam os interesses e seleções do presente. Se os museus “ditam” o que deve ser lembrado por meio de suas coleções e exposições, a ausência dos indígenas nessa memória museal equivale à negação de sua história, resistência e pertencimento ao território do Contestado até os dias de hoje.

É essencial que os museus revisitem suas exposições e descrições, oferecendo uma mediação que destaque a relevância dos indígenas na história da Guerra do Contestado. Ao reconhecer e realizar um esforço para preencher essas lacunas, como por exemplo, expor informações sobre o papel dos indígenas no contestado, de acordo com as pesquisas que já foram realizadas sobre o assunto, como mostradas nesta pesquisa, para que esse conhecimento ultrapasse os espaços acadêmicos e se expanda junto à sociedade como um todo, e fomente novos questionamentos e pesquisas.

Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise das práticas museológicas e proponham estratégias para uma representação mais equitativa dos povos indígenas, seu papel, e presença no Contestado, garantindo que suas contribuições e experiências sejam visivelmente integradas ao patrimônio cultural exposto nos museus.

Para que isso ocorra, é imperativo que sejam conduzidas mais pesquisas focadas na presença indígena na região durante a época em questão, posto que a história indígena do período se sobrepõe à do Contestado, impactando, mesmo e apesar das especificidades socioantropológicas e político-econômicas que marcavam tanto a população cabocla, que liderou a resistência, quanto a população indígena. Ambos os grupos sociais estavam no mesmo tempo e espaço onde o conflito transcorreu, vivendo sob ameaças comuns dadas por sua marginalidade social e esbulho de terras tradicionalmente ocupadas. De igual maneira, a diáspora indígena

não alocada nas diminutas Terras Indígenas da região continuam a ocupar espaços e status marginais até a atualidade, invisibilizados e ocultados, cuja memória coletiva relativa à identidade étnica e ancestralidade lhes fora deliberadamente forjadas.

### Referências bibliográficas

BUBA, N. M.; NÖTZOLD, A. L. V. Contestado: A questão indígena na região do conflito. Florianópolis: **Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”**, 2014. Disponível em: [https://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1403877915\\_ARQUIVO\\_ARTIGOANPUH-2014.pdf](https://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1403877915_ARQUIVO_ARTIGOANPUH-2014.pdf). Acesso em: 18 jul. 2024.

COSTA, Dayseane Ferraz da. **Quando o campo é o museu**: uma etnografia da relação homem, tempo e os objetos na cidade de Belém. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

CRESTANI, L.; CAMARGO GUEDES, S. P. L. DE. O Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado e as representações sobre a Guerra do Contestado. **Revista Confluências Culturais**, v. 5, n. 2, p. 163, 30 set. 2016.

PIRES, Gabriel Tozatto. **Memórias e silenciamentos**: um estudo etnográfico no Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado. 2025. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Londrina, 2025.

GROSS, C. A invisibilização do povo caboclo de Santa Catarina. In: **Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado**; Colóquio de Geografias Territoriais Paranaenses e Semana de Geografia da UEL, 2021, v. 2, p. 272-296, 17 fev. 2021.

GROSS, C. Rupturas e permanências de uma população tradicional no pós-guerra: o caboclo do Contestado. **Geografia**, v. 26, n. 1, p. 158–158, 25 jul. 2017.

MENESES, Ulpiano. O museu e o problema do conhecimento. In: **Seminário sobre Museus Casas**: pesquisa e documentação, 4., 2002, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 17-39.

MUNDURUKU, D. **Mundurukando**. 1. ed. São Paulo: UK'A, 2010. 96 p.

Museu Paranaense. Disponível em: <https://www.museuparanaense.pr.gov.br>. Acesso em: 22 jul. 2024.



Nilson, Thomé. **O contestado nos tempos Primitivos.** 2010.

NOELLI, Francisco Silva. A OCUPAÇÃO HUMANA NA REGIÃO SUL DO BRASIL: ARQUEOLOGIA, DEBATES E PERSPECTIVAS - 1872-2000. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 44, p. 218–269, 1999. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i44p218-269. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/29849..> Acesso em: 4 jun. 2025.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PEREIRA DE MATOS, I. A. Educação museal: o caráter pedagógico do museu na Construção do conhecimento Mestre em Educação Isla. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, n. 1, p. 93–104, 2014.

POPINHAKI, A.C. **KAIGANGS**. Museu Histórico Antonio Granemann de Souza, 2024. Disponível em: <https://museuhistoricoantoniogranemanndesouza.blogspot.com/2024/07/kaingangs.html>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SILVA, L. C. **Museus do Paraná e Santa Catarina**: formas de lembrar e esquecer a guerra sertaneja do Contestado (1912-2012). Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental. **Horizontes Antropológicos**, 2005.

THOMÉ; CHAPIEWSKI, M. Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado. **Revista HISTEDBR On Line**, São Paulo, n. 16, dez. 2004. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5236/img4\\_16.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5236/img4_16.pdf)

TOMMASINO, K. **A história dos Kaingáng da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-27102016-121947/pt-br.php/> Acesso em: 15 jul. 2024.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In Cunha, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. p. 87-102, São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP.

VALENTINI, D. J. **Da cidade santa à corte celeste**: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. 4. ed. Chapecó, SC: Argos, 2016.

WIIK, F. B. Invisibilidades indígenas e o Contestado: ilações exploratórias e preliminares orientadas à estudos e pesquisas em antropologia histórica. In: **TEMPOS DE MUITO PASTO E POUCO RASTRO**. São Paulo: LiberArs, 2018. p. 61-81.

WIIK, F. B. Xokleng, 1999. Disponível em:  
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xokleng>. Acesso em: 18 jul. 2024.

WIIK, F. B.; MUCHALOVSKI, E. G. Conflitos pela terra e os índios no vale do Timbó (SC): inferências acerca do protagonismo indígena no movimento do Contestado. In: LINO, J. T.; BRIGHENTI, C. A.; WIIK, F. B. (Org.). **História indígena no Sul do Brasil**, século XX: novos estudos nos campos de saberes decoloniais. Naviraí: Aranduká, 2022.

WIIK, F. B.; MUCHALOVSKI, E. G. No mesmo tempo e no mesmo espaço: a propósito da (in)visibilidade indígena no Contestado. In: RODRIGUES, R. R. et al. **A Guerra Santa do Contestado Tintim por Tintim**. [S.I.]: Letra e Voz, 2023, p. 69-76.

WIIK, F. B. Presença de Jê Meridionais na região e no movimento do Contestado: invisibilidade e historicização. In: GIORDANO, R. C. F.; ROSA, Rogério Reus Gonçalves da (org.). **Ciclo de debates Jê no Sul**: territórios, histórias e saberes Kanhgág e Laklänö. Florianópolis: Habitus Editora, 2025. p. 369–398.